

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO

A Prefeitura Municipal de Itaú de Minas (MG), inscrita no CNPJ sob o n.º 23.767.031/0001-78, com sede à Praça Monsenhor Ernesto Cavicchioli, n.º 340, em Itaú de Minas (MG) neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Norival Francisco de Lima, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Praça Nossa Senhora das Graças, n.º 382, portador da Cédula de Identidade RG n.º M-650.858, expedida pela SSP/MG, e do C.P.F. n.º 172.180.046-87, doravante designada simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **AMAZÔNIA DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.476.052/0001-47, com sede à Av. das Américas, n.º 550 – Bairro Presidente Kennedy, em Contagem (MG), CEP: 32.145-000, neste ato representada por seu procurador, Sr. André de Araújo Andrade, brasileiro, casado, representante comercial, residente e domiciliado à Rua Maria da Conceição de São José, n.º 186, Apto 503 – B, Centro, em Contagem (MG), CEP 32.041-300, portador da Cédula de Identidade RG n.º M-3.975.383, expedida pela SSP/MG e do C.P.F. n.º 767.162.016-53, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO**, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial n.º 008/2014, tipo “Menor Preço Por Lote Com Qualidade” e se regerá pelas Leis n.º 8.666/93 e 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato a aquisição de gêneros alimentícios para a composição de aproximadamente 625 cestas básicas mensais para doação a famílias de servidores municipais de baixa renda, durante o período compreendido entre 09 de maio a 31 de julho de 2014, em regime de fornecimento parcelado, conforme descrição abaixo:

Seq.	Descrição	Marca	UN	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO 100% NATURAL - PACOTE COM 5 KGS - CESTA BÁSICA SERVIDOR MUNICIPAL	GLOBOÇÚCAR	PCT	1.875	8,7771	16.457,05
2	ARROZ AGULHINHA TIPO I - PACOTE COM 5 KGS - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	Q-RENDE	PCT	5.625	10,8418	60.985,13
3	CAFÉ EM PÓ ESPECIAL - PACOTE COM 500 GRS - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	MINAS RIO	PCT	1.875	5,8747	11.015,06
4	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - LATA 340 GRS. - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	ELEFANTE	LATA	1.875	4,0395	7.574,06
5	FEIJÃO DE PRIMEIRA TIPO I, CARIOQUINHA - PACOTE DE 1 KG - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	PRESTIGIO	PCT	3.750	3,2615	12.230,63
6	MACARRÃO ESPECIAL COM OVOS TIPO ESPAGUETE Nº 08 - PACOTE COM 500 GRS - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	SANTA AMALIA	PCT	3.750	2,6431	9.911,63

7	ÓLEO VEGETAL DE SOJA - EMBALAGEM LATA OU PET DE 900 ML - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	SOYA	UNID	5.625	4,219	23.731,88
8	SAL REFINADO IODADO - PACOTE COM 1 KG - CESTA BASICA SERVIDOR MUNICIPAL	FINO SAL	PCT	1.875	1,1171	2.094,56
Total						144.000,00

1.1- A cesta básica referente ao lote 01 – Cestas básicas para doação a famílias de servidores municipais de baixa renda – deverão ser entregues em embalagem plástica transparente, resistente e devidamente lacrada, na residência das famílias beneficiadas (conforme lista a ser fornecida pela Administração), sem nenhum ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, que será emitida conforme a necessidade da Administração. A entrega deverá ser feita na residência das famílias beneficiadas, devendo ser feitas quantas visitas forem necessárias, até a entrega das cestas básicas. É proibida a entrega das cestas básicas na casa de vizinhos.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, observadas as Leis Federais n.ºs 8.666/93 e 8.883/94, respondendo a parte inadimplente pelas conseqüências de sua execução total ou parcial.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** obriga-se a entregar parceladamente o objeto deste contrato por sua ordem e risco, sem qualquer acréscimo no preço, mediante a expedição de Autorização de Fornecimento expedida pela **CONTRATANTE**, devendo as quantidades estar de acordo com as necessidades de uso, com rigorosa observância das especificações e da qualidade constante do instrumento editalício.

Parágrafo Único - A soma dos pedidos de fornecimento parcelado não poderá ultrapassar as quantidades constantes da Lista acima, no prazo contratual de 09 de maio a 31 de julho de 2014, podendo, no entanto, haver acréscimo ou supressão, no objeto deste contrato, que se fizerem necessários, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, que a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, conforme estabelece o parágrafo 1º, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - O objeto do presente contrato será recebido pela **CONTRATANTE**, na forma estabelecida no inciso II, do artigo 73, da Lei Federal n.º 8.883/94.

§ 1º - A **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com o estipulado no presente contrato.

§ 2º - Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade do objeto deste contrato.

§ 3º - As mercadorias deverão ter prazo de validade de no mínimo 04 (quatro) meses no ato da entrega.

§ 4º - As mercadorias que apresentarem sinais de deterioração dentro do seu prazo de validade, serão devolvidas e a sua troca deverá ser efetuada no prazo máximo de cinco dias, após a notificação, sem ônus para a Prefeitura e o pagamento de toda a parcela ficarão suspensas, até sua regularização de forma integral.

CLÁUSULA QUINTA -

A - A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelo fornecimento dos produtos, objeto do presente contrato, o valor global estimado de: R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais).

B - Os pagamentos serão efetuados 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação da Nota Fiscal, com aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto, devendo os documentos fiscais, serem apresentados no ato da entrega.

C - A fatura não aprovada pela **CONTRATANTE** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, contando-se os prazos acima estabelecidos a partir da data da sua reapresentação para efeito de pagamento.

D - A devolução de fatura não aprovada pela **CONTRATANTE**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda o fornecimento do produto.

CLÁUSULA SEXTA - Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - As despesas decorrentes deste contrato correrão a conta das dotações orçamentárias n.ºs 02.11.2131.153.08.244.0801-3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita; 02.11.2149.171.08.306.0801-3.3.90.32.00 - Manutenção do Programa Alim. Servidores Públicos, constantes do presente orçamento.

CLÁUSULA OITAVA - O presente contrato terá vigência durante o período compreendido entre 09 de maio a 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA NONA - A fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato ficarão a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social, que verificará a sua perfeita execução até o integral recebimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - A **CONTRATADA** fica obrigada a manter, durante toda a execução deste contrato, estoque do produto em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, no ato da assinatura deste, observado o que dispõe o processo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e contratuais, bem como pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.

§ 1º - A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

§ 2º - A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer tempo, durante a vigência do presente contrato, exigir a comprovação de quitação dos encargos descritos no “caput” desta cláusula como condição para pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

12.1 - Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

12.2 - Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

12.3 - Advertência.

12.4 - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

12.5 - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Itaú de Minas, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Itaú de Minas.

12.6 - O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei.

12.7 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, devidamente justificado.

12.8 - À **CONTRATADA** que, ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Itaú de Minas e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 5 anos se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e nas demais cominações legais.

12.9 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.10 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Pela inexecução total ou parcial deste contrato, poderá a **CONTRATANTE**, facultada ampla e prévia defesa à **CONTRATADA**, aplicar as penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Haverá a rescisão do presente contrato, em qualquer tempo, determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do presente contrato, nos casos enumerados nos incisos I ao XII e XVII do artigo 78, observado o artigo 79, parágrafo 2.º e 5.º e artigo 80, todos da Lei n.º 8.666/93, assegurado o contraditório e ampla defesa da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Por força da lei, o foro competente para conhecer deste contrato e das questões dele decorrentes é o da Comarca de Pratápolis, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de mesmo teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo-assinadas, para que produza todos os efeitos legais e de direito.

Itaú de Minas, em 09 de maio de 2014.

NORIVAL FRANCISCO DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

AMAZÔNIA DISTRIBUIDORA LTDA
ANDRÉ DE ARAÚJO ANDRADE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____